

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES FRENTE A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Zélia Maria Melo de Lima Santos¹

Rosa Malvina Melo de Lima²

Valdeluce de Albuquerque Silva³

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo principal apontar as dificuldades que os docentes do Ensino Regular enfrentam quando ministram aulas para alunos com deficiência. Existe garantias por Lei do direito à inclusão nas escolas. Diante disso, o trabalho com esses estudantes é de grande relevância, pois devido às suas especificidades, exige dos professores uma postura diferente na sua práxis de sala de aula. Para tanto, procurou-se a partir dos teóricos apresentados nessa pesquisa, como Lemos (2006), Pereira (2014), Guebertt (2007), Mantoan (2011), entre outros, estudar a legislação que rege a educação inclusiva no Brasil e sua evolução com o decorrer dos anos; mostrar os principais fatores que dificultam o processo de inclusão nas escolas; apontar as deficiências na formação dos professores; externar o desafio de se construir uma escola arquitetonicamente inclusiva, além de realçar a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que executa um trabalho mais específico com esses educandos. A pesquisa teve um caráter exploratório com uma abordagem qualitativa, cujo procedimento metodológico se deu através de um questionário. Os resultados demonstraram que a grande dificuldade encontrada pelos docentes que trabalham com estudantes inclusos é a falta de uma formação adequada para esses profissionais, evidenciando-se um déficit de formação desde a graduação. Por fim, existe uma necessidade do processo de formação dos professores se tornar mais eficiente e eficaz, uma vez que é nesse dinamismo que este profissional pode ter uma atuação com base na legislação, na dinâmica e na metodologia tão necessárias para trabalhar com alunos com deficiência.

Palavras-chave: Formação de Professores, Inclusão, Alunos com Deficiência.

INTRODUÇÃO

O artigo aborda um dos temas mais debatidos da educação na atualidade que é a inclusão de estudantes com deficiências no ensino regular. A motivação dessa pesquisa se deu por

¹ Dra. em Educação pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Professora da Faculdade Luso Brasileira – FALUB, zeliammelo@hotmail.com;

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Professora da Faculdade Luso Brasileira – FALUB, rosamalvina@hotmail.com;

³ Doutoranda pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Professora da Faculdade Luso Brasileira – FALUB, valalbuquerque37@gmail.com.

conta de escutar dos docentes que trabalham com alunos com deficiência o relato de suas dificuldades em ministrar aulas que sejam apropriadas para todos os estudantes de forma a não negligenciar as especificidades dessas crianças, levando-se em consideração a fragilidade tanto do conhecimento como da prática tão necessários para lidar com cada tipo de deficiência existente no âmbito da escola.

Assim, o estudo buscou evidências em relação ao processo de inclusão em nossa sociedade, e a partir das informações levantadas, fez-se uma reflexão sobre as dificuldades do processo de inclusão, como: a ausência de uma formação docente que contribua para o desenvolvimento de uma educação inclusiva que respeite a diversidade, capacitando e orientando os professores no trabalho desses estudantes.

Dessa forma, esse estudo se fundamenta em autores como Lemos (2006), Pereira (2014), Guebertt (2007), Mantoan (2011), entre outros tão necessários no embasamento da pesquisa.

É evidente a dificuldade dos professores frente à inclusão de estudantes com deficiência, tendo em vista que a graduação é a responsável pela formação desses profissionais. Além disso, o déficit curricular referente à formação dos professores na etapa do ensino fundamental deveria ser mais consistente e capaz de prepará-los para trabalhar com a pessoa com deficiência.

Sendo assim, questiona-se as dificuldades que os professores enfrentam no Ensino Regular tendo que lidar com estudantes com deficiência, mesmo porque a lei determina o Ensino Inclusivo.

Por conta dessa questão que faz parte do cotidiano dos educadores, esta pesquisa apresenta como objetivo geral investigar as dificuldades que os docentes do Ensino regular enfrentam ao trabalhar com estudantes com deficiência.

Essa pesquisa apresenta algumas considerações sobre a Educação Especial do Brasil, além de tratar sobre a importância da formação dos professores frente a inclusão dos alunos com deficiência, em seguida, faz-se uma breve explanação sobre os direitos desses indivíduos, apresentando-se o resultado do questionário aplicado numa escola municipal de Limoeiro/PE.

Portanto, existe a necessidade das escolas, Gerências Regionais, Secretaria de Educação entre outros órgãos de promover capacitação para os professores da educação básica que seja capaz de atender às necessidades evidenciadas nesse estudo.

METODOLOGIA

A pesquisa que tem um caráter exploratório, com aspectos de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, que para Oliveira (2003, p. 64) a pesquisa qualitativa “[...] é a tentativa de explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de

entrevistas ou questões abertas, sem mensuração quantitativa de características ou comportamento”. Com relação ao campo de estudo, a população a pesquisada foi composta por professores que trabalham com estudantes inclusos em turmas regulares.

O instrumento da pesquisa foi um questionário com questões abertas aplicado no mês de março de 2024 numa Escola do Município de Limoeiro/PE.

Enfatiza-se a apreciação dos dados obtidos e o posicionamento ético da pesquisadora, ao garantir o anonimato, a privacidade e o direito dos participantes de desistirem a qualquer momento da pesquisa.

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de campo de caráter exploratório, com aspectos qualitativos e quantitativos que exige do pesquisador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar, e depois compilá-lo de forma que se possa obter um resultado satisfatório.

Este estudo teve como objetivo geral investigar as dificuldades que os docentes do Ensino Regular enfrentam ao trabalharem com estudantes com diversas deficiências.

Esse trabalho tem a pretensão propor estratégias que resultem no avanço da formação docente através de parcerias com Faculdades existentes na região para capacitação dos professores com foco na educação inclusiva.

Os participantes do estudo foram 04 (cinco) professores que ensinam estudantes inclusos na modalidade do Ensino Fundamental Anos Iniciais de uma Escola Municipal de Limoeiro/PE.

O material utilizado para realização do estudo foi a construção de um questionário com 2 (duas) perguntas abertas, e assim, os professores puderam dar suas opiniões sobre o assunto discutido. O questionário foi entregue aos docentes que responderam de forma individual via e-mail.

A metodologia utilizada para averiguação dos posicionamentos dos professores foi a construção de um questionário bem fundamentado, o que possibilitou à pesquisadora um retrato fiel da realidade do processo de inclusão da escola. A qualidade das perguntas foi imprescindível para o desenvolvimento do estudo. Este questionário estabeleceu ligação com a situação problema da pesquisa, com o objetivo, com a população em foco, com os métodos e com a análise dos dados escolhidos.

Os dados que foram coletados tiveram início após o contato com o gestor da escola que se prontificou a contribuir com o estudo, quando na oportunidade foram expostas as informações, a importância e os objetivos do estudo, e após essa apresentação foi solicitada a autorização para o início da pesquisa.

Os dados coletados foram avaliados de forma crítica e individual procurando relevar o tema escolhido para o estudo, apontando os problemas encontrados no processo de inclusão da escola, buscando recomendar possíveis soluções para a problemática em estudo, inclusive fornecendo sugestões.

Cada professor respondeu ao questionário com duas perguntas enviadas por e-mail e posteriormente devolvidas ao pesquisador. Cada resposta dos 04 (quatro) professores foram analisadas, totalizando 8 (oito) análises. O questionário foi igual para todos, seguindo a seguinte organização:

- 1- Quais as dificuldades que você encontra em trabalhar com estudantes com deficiência?
- 2- Quais estratégias você utiliza no trabalho pedagógico para que esses estudantes com deficiência consigam alcançar a aprendizagem?

E assim, foi possível realizar essa pesquisa na referida escola.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL DO BRASIL

Atualmente uma das grandes discussões sobre o processo educacional brasileiro é referente à escola inclusiva, visto não ser uma tarefa fácil devido ao fato dessas instituições de ensino terem sido criadas para atender os estudantes chamados “normais”, estudantes considerados como mais capazes, que apresentam maior facilidade de aprendizagem.

Para atender às especificidades da pessoa com deficiência, foram criados decretos, leis, portarias, entre outros, que asseguram o direito desses indivíduos.

Assim, no ano de 2002 foi aprovado a Portaria do MEC nº 2.678, que institui diretrizes para que a grafia Braille seja adotada em todo território nacional numa política de normas para o uso, grafia, padronização, ensino, produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino onde possa ser aplicada, especialmente na Língua Portuguesa.

Lemos (2006 p.11), concorda com a necessidade dessa lei quando afirma:

Padronizar as formas de aplicação do Sistema Braille para que os livros produzidos por meio desse sistema de escrita continuem sendo o principal instrumento de educação para as pessoas cegas no Brasil; oferecer aos profissionais que produzem livros em Braille orientações técnicas que tornem mais simples suas tarefas de adaptar, transcrever e revisar, especialmente os livros didáticos; permitir que os livros didáticos em Braille possam, tanto quanto possível, transmitir aos alunos cegos às mesmas informações e experiências que os livros didáticos em tinta transmitem aos demais alunos (Lemos (2006 p.11).

O autor ressalta que a aprovação dessa portaria é importante para a divulgação, aplicação e padronização do sistema Braille, tornando popular a sua utilização, por meio da impressão e

publicação de uma maior quantidade de obras em Braille. Sendo assim, a implantação dessas políticas gera oportunidades para que os profissionais capacitados possam trabalhar com essas pessoas que tanto precisam de instrução para viver em sociedade independência e qualidade de vida.

Ao mesmo tempo em que vai se aprimorando a forma de trabalhar com a pessoa com deficiência, é necessário que se coloque a importância das tecnologias nesse processo.

A esse respeito deve-se considerar a abordagem pedagógica que passa a contribuir com a inclusão digital com equipamentos que poderão ser utilizados tanto nos espaços escolares da sala de aula, pátio, laboratórios e salas multifuncionais, assim como por estudantes e professores, proporcionando um processo de inclusão digital e social para esses estudantes, familiares e comunidade.

Pereira (2014, p. 218), afirma:

As tecnologias de informação de comunicação (TICs), quando utilizadas de forma apropriada, podem representar um instrumento que ampara o exercício e a construção da cidadania, podendo auxiliar na emancipação política de indivíduos e comunidades (Pereira (2014, p. 218).

O autor enfatiza que as TICs usadas de forma adequada podem abrir horizontes para essas pessoas, oportunizando uma nova forma de aprendizagem que seja capaz de promover a igualdade de condições e a busca por mais oportunidades.

Ainda assim, é importante que se coloque que eventos, a exemplo da Declaração de Salamanca, foi primordial para consolidar o direito da pessoa com deficiência.

Guebertt (2007, p. 35) afirma:

O movimento pela inclusão cresceu e se consolidou ao longo do século XX, buscando garantir processos educacionais democráticos inclusivos, preocupados em garantir direitos iguais a todos os cidadãos, independentemente de suas características individuais (Guebertt, 2007, p. 35).

O autor ressalta que no século XX houve um grande movimento para que as crianças com deficiências fossem incluídas nos sistemas, essas discussões tiveram um dos seus auge na declaração de Salamanca que orientou os países participantes a incluir estudantes com deficiência nas escolas regulares, e afirmar que é de fundamental importância que essas crianças devam aprender juntas, independentemente das dificuldades ou diferenças que possa ter entre elas. Dessa forma, as escolas devem estar preparadas para acolher esses educandos.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES FRENTE A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

A educação especial e inclusiva está no foco das discussões pedagógicas da atualidade. O trabalho com salas numerosas e a atenção que deve ser dada ao educando que apresenta alguma deficiência é sempre uma preocupação que permeia a profissão docente. Boa parte desses professores não se sentem preparados para lidar com esses estudantes. Assim, surge a necessidade de aprimorar cada vez mais as formações para esses profissionais.

Mantoan (2006, p. 15), ao dizer: “incluir de modo a reconhecer e valorizar as diferenças, sem discriminar os alunos ou segregá-los”, chama a atenção para que esses estudantes sejam reconhecidos pelos seus esforços e não discriminados por não conseguirem acompanhar os outros.

A Educação Especial Inclusiva é uma metodologia pedagógica que oportuniza ao estudante com deficiência frequentar turmas regulares com o objetivo principal de promover a integração de todos os estudantes da escola sem qualquer discriminação.

Drago (2014, p. 96) mostra que a criança com deficiência, como qualquer outra, é sujeito social capaz de produzir e reproduzir cultura:

Pensar a inclusão na educação infantil é lutar duas vezes: uma pelo direito da criança pequena à educação de qualidade que a veja como sujeito produtor de história, cultura e conhecimento e outro por acreditar que a criança pequena com algum tipo de comprometimento físico, mental ou sensorial tem capacidade de aprendizagem e é sujeito social que possui, produz e reproduz cultura, conhecimento e história (Drago, 2014, p. 96).

A Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, conforme prevista pela LDB, ainda conta com o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, como guia orientador dos Planos Municipais de Educação. O Plano Nacional de Educação, em sua Meta 4, sobre Educação Especial, tem como estratégias:

4.3) implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas; e

4.18) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino (BRASIL, 2014).

O PNE, em sua meta 15 apresenta como estratégia para formação profissional:

15.5) implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial (BRASIL, 2014).

Novais (2010, p.192) questiona a qualidade da formação docente oferecida pelas Universidades:

[...] se a formação docente não capacita os(as) professores(as) para ensinar a todos(as), quem são os(as) alunos(as) almejados pela formação docente, majoritariamente desenvolvida nas diferentes instituições brasileiras de ensino superior? Quais elementos devem fazer parte de um processo de formação docente com vistas ao desenvolvimento da educação inclusiva? Em outras palavras, quais questões ocupam o centro da formação docente nas instituições públicas de ensino superior, num momento em que todos e todas, independente de raça, etnia, classe, geração, deficiência, conquistaram legalmente o direito de matricular-se, permanecer e concluir seus estudos com qualidade nas instituições de ensino regular? (Novais, 2010, p.192)

Prieto (2006, p. 60) afirma que o conhecimento do professor:

[...]deve ultrapassar a aceitação de que a classe comum é, para os alunos com necessidades educacionais especiais, um mero espaço de socialização. O primeiro equívoco que pode estar associado a essa ideia é o de que alguns vão à escola para aprender e outros unicamente para se socializar. Escola é espaço de aprendizagem para todos! (Prieto, 2006, p. 60).

Em relação a formação em serviço Mantoan (2015, p.79), afirma:

Na formação em serviço, os professores reagem inicialmente aos modos de ensinar inclusivos, a uma pedagogia da diferença, porque estão habituados a aprender de maneira fragmentada e instrucional. Eles esperam por uma formação que lhes ensine a dar aulas para alunos com deficiência, dificuldade de aprendizagem e/ou problemas de indisciplina. Ou melhor: anseiam por uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pedagógico predefinidos às suas salas de aula, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas ditas inclusivas (Mantoan, 2015, p.79).

Grande parte desses profissionais concebe a formação como mais um curso de extensão, de especialização, com uma terminalidade e um certificado que convalida a sua capacidade de ser um professor inclusivo. Não se trata de uma visão ingênua, mas de uma concepção equivocada do que é formação em serviço e do que significa a inclusão escolar.

É essencial que os governos nas esferas federal, estadual e municipal elaborem políticas públicas educacionais direcionadas para práticas inclusivas, adaptando o processo de formação dos docentes às novas metodologias educacionais necessárias para a construção de um sistema de ensino inclusivo que valorize as diferenças apresentadas pela diversidade humana que existe em nossas escolas.

Sobre a formação dos professores Barby (2005, p. 45-46) afirma o seguinte:

A formação docente, numa concepção que enfatize os processos educacionais como especiais e não o aluno como especial em função de sua deficiência, deve trabalhar na formação de um educador que busque alternativas pedagógicas que superem as dificuldades e possibilitem a aprendizagem. A inclusão se configura em um processo em construção por todos os envolvidos, através de uma relação em que todos compartilham e buscam atingir um objetivo comum: educação de qualidade para todos (Barby, 2005, p. 45-46).

Segundo a autora, a formação dos professores deve buscar meios que incentivem a inclusão de todos independentemente de suas diferenças. Para que este processo ocorra com sucesso, é necessário que todos que fazem parte da comunidade escolar se envolvam e comunguem dessa ideia, que é a busca de uma educação de qualidade para todos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o estudo de várias literaturas acerca das dificuldades dos professores com respeito ao processo inclusivo de estudantes com deficiência no Ensino Regular, faz-se a apresentação dos resultados, com análise de forma qualitativa e quantitativa dos quadros e a discussão dos resultados. Para a obtenção desses resultados, foram efetuados os seguintes passos:

- Quadro para mostrar as principais falas dos professores para uma análise e discussão dos resultados com a teoria.
- Obtenção dos resultados da significância dessas discussões, onde teremos as respostas alcançadas para atingimos as considerações finais deste estudo.

Os relatos dos professores foram categorizados conforme o método de análise de conteúdo proposto por Amado (2009) em Introdução à Investigação Qualitativa na Educação.

Conforme a investigação todos os 04 (quatro) professores, que receberam o questionário por e-mail, devolveram devidamente respondido, cujos nomes, para que não haja exposição dos participantes, serão mantidos em sigilo, ficando os tais denominados como: P1, P2, P3, P4.

A questão (01) do questionário buscou verificar as dificuldades que o professor encontra no trabalho com estudantes com deficiência.

Quadro 1 - Quais as dificuldades que você encontra em trabalhar com estudantes com deficiência?

Professores	Respostas
P1	Esse professor relatou que sente muita dificuldade por conta de alguns fatores como: falta de apoio, os professores auxiliares não têm formação e isso dificulta bastante o trabalho. O próprio professor da sala não tem formação suficiente para lidar os vários tipos de deficiência.
P2	O relato dessa professora foi semelhante ao do P1, porém ela acrescentou que a família não colabora na questão de incentivar o filho, acompanhar as atividades escolares.
P3	As dificuldades se dão pela falta de formação continuada e de material didático.
P4	Essa professora sobre a falta do diagnóstico da criança, o que dificulta ainda mais o trabalho com ela.

Fonte: própria - 2024

O quadro 1, apresenta uma similaridade das respostas dos docentes em relação à formação do professor.

Nesse sentido, Silva (2010 p. 4) afirma que a falta de capacitação e de material didático adequado é uma das principais dificuldades para que de fato o processo de inclusão aconteça.

Já a questão 2 (dois) buscou perceber as estratégias utilizadas no trabalho pedagógico para que esses estudantes consigam alcançar a aprendizagem.

Quadro 2 - Quais estratégias você utiliza no trabalho pedagógico para que esses estudantes com deficiência consigam alcançar a aprendizagem?

Professores	Respostas
P1	Esse professor relatou que conversa com a família para saber mais profundamente sobre como é o convívio da criança com a família.
P2	O relato dessa professora aponta que ela trabalha o respeito às diferenças e a solidariedade humana.
P3	Ela disse que estabelece roda de conversa com a turma, buscando integrar as crianças com deficiência.
P4	Essa professora disse que trabalha com o lúdico, pois tem aluno com deficiência intelectual na sala. Ela disse que necessita de uma formação que seja capaz de melhorar seu desempenho pedagógico.

Fonte: própria - 2024

No quadro 2 percebe-se a necessidade de uma formação pedagógica eficaz que leve os professores a trabalhar com mais segurança com os alunos com deficiência.

Nesse sentido, Paraná (2013. p. 41) diz:

No entanto, a utilização de jogos pedagógicos permite ao aluno com deficiência intelectual a redução da distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial. Possibilita ao aluno com deficiência intelectual construir o aprendizado de acordo com seu ritmo e suas capacidades. O aprendizado se torna significativo associado à satisfação e ao sucesso, conseqüentemente melhorando sua autoestima, diminuindo a ansiedade e proporcionando ao aluno participar das atividades com maior motivação (Paraná, 2013. p. 41).

Desse modo, as maiores dificuldades encontradas pelos docentes que trabalham com estudantes inclusos é a falta de formação adequada. Assim, existe a necessidade tanto das escolas, como das Gerências Regionais e Secretaria de Educação de promover capacitação que possa atender o professor nessa carência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que os alunos com deficiência sejam realmente inclusos no processo educacional é necessário que existam professores capacitados para trabalhar com eles.

A legislação brasileira garante condições de acesso e permanência da pessoa com deficiência nas escolas, porém isso ainda não é suficiente para que o docente incorpore em sua práxis a forma de desenvolver as atividades de forma correta com esses alunos.

Portanto, mediante os resultados nas discussões e percebendo um déficit de capacitação dos professores, surge a proposta que consiste em que as escolas que trabalham com estudantes inclusos façam parcerias com as Faculdades de Graduação em Pedagogia existentes na região, onde essas instituições poderiam fornecer a formação em educação inclusiva gratuitamente para os professores dessas escolas.

REFERÊNCIAS

AMADO, J. **Introdução à Investigação Qualitativa em Educação**. Relatório de Disciplina Apresentado nas Provas de Agregação da Universidade de Coimbra Faculdade de Psicologia de Ciências da Educação, 2009.

BARBY, A. A. de O. **Inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino: o pensar dos futuros professores**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 45-46. 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso: 12 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso: 22 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. **Série: Educação inclusiva**. v. 3: a escola. Brasília:2004.

DRAGO, R. **Inclusão na Educação Infantil**. Rio de Janeiro: Wak Editora, p. 96. 2014.

GUEBERT, M.C.C. **Inclusão: uma realidade em discussão**. Curitiba, IBPEX, p. 35. 2007.

LE MOS, E. et. al. **Normas técnicas para a produção de textos em Braille/elaboração**. Secretaria Especial de Educação. Brasília: Ministério da Educação, MEC/SEESP, p. 11. 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, p. 15. 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Diversa: Diferenciar para incluir: a educação especial na perspectiva da educação inclusiva**, 2011. Artigo. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/diferenciar-para-incluir-a-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva/>. Acesso: 16 out. de 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, p. 79. 2015.

NOVAIS, G. S. (Org.). **Formação docente e inclusão escolar: Ensinando de um jeito que não aprendi.** In: NOVAIS, G.S.; CICILLINI, G. A. (Orgs). Formação docente e práticas pedagógicas: olhares que se entrelaçam. Araraquara: Junqueira&Marin; Belo Horizonte: FAPEMIG, p. 192. 2010.

PRIETO, R. G. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil.** In: MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, p. 60. 2006.

PEREIRA, P. M. S. **Informação, cidadania e inclusão digital:** estudo de comunidade da favela Santa Marta, Rio de Janeiro/RJ. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, p. 218. 2014. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/101757/000932581.pdf?sequence>. Acesso: 18 set. 2024.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica.** São Paulo: Pioneira, p. 64. 2003

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE: Produção Didático-pedagógica, 2013. Curitiba: SEED/PR., p. 41. 2016. V.2. (**Cadernos PDE**). ISBN. 978-85-8015-075-9. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20>. Acesso: 22 set. 2024.

SILVA. A. B. B. **Mundo Singular** - Entenda o Autismo, Rio de Janeiro. ED. Fontanar, p. 4. 2012.